

1. A principal distinção entre ata notarial e escritura pública:
  - a) Na ata não há qualificação notarial e aconselhamento por parte do Tabelião, o que ocorre somente na escritura pública.
  - b) A ata notarial não tem natureza autenticatória.
  - c) A escritura pública tem o condão de constituir atos e negócios jurídicos e a ata notarial tem caráter descritivo de fatos.
  - d) A escritura tem fé pública legal, ao contrário da ata notarial.
2. A função notarial:
  - a) Possui conteúdo complexo e se desenvolve no âmbito das relações regulares do direito.
  - b) Envolve a prática de atos com presunção de veracidade, atribuindo autenticidade formal aos documentos.
  - c) Tem função de assessoramento, instruindo as partes sobre as possibilidades legais e suas consequências.
  - d) Todas as alternativas estão corretas.
3. A cláusula de inalienabilidade de bem imóvel:
  - a) Não pode ser retirada de comum acordo entre doador e donatário, mesmo quando estabelecida por escritura pública.
  - b) Impede que o imóvel seja legado em testamento.
  - c) Obsta que o imóvel seja locado.
  - d) Pode ter a sub-rogação autorizada judicialmente.
4. Em relação aos princípios que regem a função notarial, está **INCORRETO** afirmar:
  - a) Princípio da publicidade, pelo qual os atos notariais devem ser levados a conhecimento geral, de forma ilimitada.
  - b) Princípio rogatório, que determina que o notário não pode agir de ofício, necessitando da provocação da parte interessada.
  - c) Princípio da cautelaridade, que determina que a função notarial se desenvolva na esfera da realização voluntária do direito, prevenindo litígios.
  - d) Princípio da imparcialidade, que determina que o tabelião esteja acima dos interesses das partes, sendo sua obrigação protegê-las com igualdade.
5. Consoante disposição da Lei 8935/1994, os delegatários dos serviços extrajudiciais:
  - a) Estão impedidos de praticar pessoalmente atos de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou seus parentes, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
  - b) O gerenciamento administrativo e financeiros dos serviços notariais e de registro é de responsabilidade exclusiva do respectivo titular, salvo no que diz respeito às custas de custeio e remuneração de seus prepostos.
  - c) Os substitutos indicados poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todo e qualquer ato que lhes sejam próprios.
  - d) Não podem assumir cargo público, salvo se em comissão.
6. O processo de habilitação para o casamento civil:
  - a) Constitui ato preparatório para a realização do casamento e o pedido deve ser materializado pelos nubentes, não sendo admitida a representação por procurador.
  - b) Perde a eficácia em não sendo realizado o casamento, bem como se decorrido o prazo decadencial de 90 dias de sua homologação.
  - c) Tendo como nubente relativamente incapaz em razão da idade, sempre será necessária a autorização judicial.
  - d) Tem prazo fixado de 15 dias para eventual impugnação do edital de proclamas, que poderá ser dispensado ou abreviado pelo Registrador em casos fundamentados de necessidade.
7. Quanto às escrituras públicas de inventário:
  - a) O ato notarial produz efeito desde logo, inclusive com relação a terceiros, independentemente dos registros em órgãos competentes, como Registro de Imóveis, Registro Civil, Junta Comercial, entre outros.
  - b) Não cabe a nomeação de inventariante nesta modalidade administrativa.
  - c) Tendo o falecimento ocorrido antes do advento da Lei 11.441/2007, não podem ser lavradas.
  - d) Podem ser lavradas pelo notário de livre escolha da parte interessada, independentemente do domicílio do autor da herança, do local dos bens ou mesmo do local do óbito.
8. No registro civil de pessoa jurídica:
  - a) As instituições eclesiais adquirem personalidade jurídica, passando a constituir pessoas jurídicas eclesiais, independentemente do registro de seus atos constitutivos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
  - b) As sociedades simples são registráveis perante o Registro Civil de Pessoas Jurídicas e não perante a Junta Comercial.
  - c) Quando constatada a quebra do princípio da continuidade junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, poderá ser regularizada a situação pelo Juízo Corregedor Permanente da Serventia, sendo dispensada a nomeação de administrador provisório.
  - d) As cooperativas não atendem os requisitos legais que caracterizam a atividade empresarial, o que impede, em regra, o ingresso de seus atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
9. O registro civil da pessoa natural:
  - a) Pode se dar em decorrência do reconhecimento voluntário de paternidade considerado por declaração no curso de qualquer processo judicial.
  - b) Deve mencionar o nome escolhido pelos genitores, constituído pelo prenome, acompanhado dos apelidos de família materno e paterno, por determinação legal.
  - c) O registro tardio de maiores depende sempre de procedimento que tem lugar junto à Corregedoria Permanente da Serventia.
  - d) Dispensa a intervenção do juízo e do representante do Ministério Público em casos de retificação de grafia do nome.
10. A doação de imóvel com cláusula de reversão significa:
  - a) Que o imóvel não se comunicará caso o donatário de casar.
  - b) Nenhuma das respostas está correta.
  - c) Que o bem não pode ser vendido.
  - d) Que o imóvel volta ao patrimônio do doador se o donatário falecer primeiro.
11. A natureza jurídica da função delegada:
  - a) Constitui, por determinação constitucional, exercício privado de funções pública, o que caracteriza forma peculiar de descentralização administrativa.
  - b) É privada, sendo que suas relações comerciais, patrimoniais e trabalhistas não estão sujeitas à regulamentação estatal.
  - c) Equipara-se à da concessionária de serviço público e dos parceiros privados da administração, estando os delegatários submetidos ao mesmo regramento legal.
  - d) É a mesma dos servidores públicos, por prestarem serviço público, aplicando-lhes as regras constantes nos estatutos funcionais,
12. Indique a alternativa **INCORRETA**:
  - a) O juízo de valores sobre fatos escapa ao alcance da ata notarial.
  - b) O instrumento notarial se presta a prevenir litígios e a abreviá-los, diante da qualidade da prova que constituem.
  - c) O controle da lavratura da ata notarial é exclusivo do notário, por se tratar de ato unilateral de sua exclusiva competência, sem que o requerente possa contestar ou refutar o que nela constar.
  - d) O tabelião deve fazer um juízo de valor sobre os fatos por ele percebidos antes da lavratura da ata notarial.
13. O bem de família convencional:
  - a) Não é requisito essencial para a instituição a condição de titular de domínio, com título aquisitivo devidamente registrado.
  - b) Não se exige que o bem esteja a salvo de ônus e gravames.
  - c) Diante da nova dimensão do conceito de entidade familiar, pode ser instituído pelos cônjuges, pelo separado judicialmente ou de fato, pelo viúvo ou por solteiro.
  - d) É possível a constituição por condômino, qualquer que seja a modalidade de condomínio.
14. Na instituição de usufruto:
  - a) O usufrutuário não está autorizado a dar o imóvel objeto do usufruto em locação, salvo se expressamente disposto no ato constitutivo.
  - b) Existe a possibilidade de ingresso do título de promessa de usufruto no fôlio real.
  - c) O usufrutuário, que agindo culposamente, tenta alienar ou não presta manutenção adequada ao bem, dá causa à extinção do usufruto.
  - d) A causa extintiva produz efeito desde logo, mesmo antes do cancelamento no registro de imóveis.

15. Sobre a regularização fundiária urbana, **NÃO ESTÁ CORRETO** afirmar que:
- Cabe ao Município estabelecer regras sobre procedimento ou regulamentação de regularização fundiária, sendo indispensável este regramento da sua implementação.
  - Embora não conste expressamente na norma legal, o loteador clandestino ou irregular está legitimado para inicial o procedimento de regularização fundiária.
  - O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública visando à regularização de loteamentos urbanos destinados à moradia popular.
  - O artigo 40 da Lei 6766/79 confere ao Município o dever-poder de promover a regularização ou desmembramento dos loteamentos irregulares.
16. Não se inclui nas atribuições do Registro de Títulos e Documentos:
- Caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador.
  - Realização de quaisquer registros não atribuídos expressamente a outro ofício registral.
  - Transcrição de instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor.
  - Registro de escrituras de separação e divórcio, em que as partes sejam maiores e capazes.
17. Sobre o protesto, está **INCORRETO** afirmar que:
- O tabelião pode se recusar a protestar o título, cabendo ao apresentante exigir que exponha suas justificativas por escrito.
  - Não constitui efeito do protesto a garantia do endossatário do direito de regresso contra o endossante e os seus avalistas.
  - Dispensa-se a intimação do sacado ou aceitante na hipótese de constar no título declaração inequívoca da recusa do aceite ou do pagamento.
  - Em regra o protesto é gratuito para o credor, que só arcará com as custas, despesas e emolumentos, se desistir do ato ou ficar vencido em processo judicial que determinar o seu cancelamento.
18. Na Regularização Fundiária:
- Não é dispensada a observância aos requisitos da Lei 6766/79, mesmo nos casos de regularização fundiária de interesse social.
  - Os procedimentos de regularização fundiária não possuem tramitação direta no ofício de imóveis.
  - A conversão da legitimação de posse em domínio depende sempre da intervenção judicial.
  - O registro é somente um dos aspectos, que, sob o enfoque do direito privado, compreende processo complexo que visa atribuir jurisdição a imóveis em situação ilegal ou informal.
19. Quanto ao nome da pessoa natural, **NÃO É CERTO** afirmar que:
- Não é possível a retificação do nome diretamente no registro civil, mesmo que se trate de erro de grafia.
  - A lei estabelece a obrigatoriedade do nome e do registro civil, sendo este declaratório e não constitutivo.
  - O nome é imutável, admitindo exceção, desde que justificada, sendo vedado o registro de prenomes que possam expor ao ridículo seus portadores.
  - O nome integra o rol dos direitos da personalidade, constituindo direito subjetivo absoluto e oponível erga omnes.
20. O poder de fiscalização, atribuído ao poder judiciário pela Constituição Federal:
- A aplicação das medidas disciplinares guarda correspondência primordialmente retributiva com o fato da infração.
  - O juízo competente poderá instaurar o procedimento disciplinar mediante representação de qualquer interessado.
  - A imposição de penas disciplinares aos notários e registradores só podem ser feita em processos judiciais.
  - Não inclui a tarefa de apuração das infrações disciplinares e apenamento disciplinar dos notários e registradores.
21. Sobre a reserva legal, **NÃO É CORRETO** afirmar:
- A reserva legal das florestas, bem como de outros espaços protegidos, são meras limitações administrativas que não integram o direito de propriedade, sendo que seu ingresso no Registro de Imóveis cumpre apenas função de publicidade.
  - A nova legislação florestal inovou ao assegurar o uso econômico do imóvel de forma sustentável.
  - O novo código firmou de forma inequívoca a natureza real das obrigações ambientais.
  - O Código Florestal (Lei 12651/2012) estabeleceu um novo tratamento jurídico para a averbação da reserva legal.
22. Sobre a tributação do imóvel rural:
- O proprietário de pequena gleba rural não está imune ao pagamento do ITR.
  - Apenas o titular de domínio está obrigado ao pagamento do ITR, não atingindo o possessor e o usufrutuário.
  - A base de cálculo do ITR (Imposto sobre a Propriedade Rural) é o valor da Terra Nua Tributária (VTN), sendo que a alíquota aplicável independe do grau de utilização do imóvel.
  - No caso de condomínio de imóvel, apenas um dos condôminos deve fazer a declaração de valor para o cálculo do imposto, sendo que os demais são apenas informados.
23. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- O tabelionato deverá considerar o imóvel como urbano, uma vez esteja ele inserido de fato na área urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica, conforme o plano diretor ou lei municipal, embora possa ter lançamento junto ao INCRA.
  - Em regra, com o lançamento pelo Município do IPTU, não caberá à União exigir o pagamento do ITR sobre o mesmo imóvel, sob pena de bitributação.
  - Não há necessidade da expressa anuência do INCRA para a alteração da qualificação do imóvel de rural para urbano.
  - Havendo duplicidade de cadastro, no órgão municipal e no INCRA, deverá o tabelião transcrever no ato notarial toda a documentação própria do imóvel rural, cabendo ao particular providenciar a baixa de sua situação perante o órgão federal.
24. Sobre a alienação fiduciária de bens imóveis:
- A alienação fiduciária de bens imóveis constitui-se mediante registro do contrato na matrícula do imóvel que a tem por objeto, por se tratar de direito real.
  - O contrato que o estabelece deve adotar sempre a forma pública para ter ingresso no fôlio registral.
  - O fiduciário poderá ceder o crédito objeto da alienação fiduciária, o que implicará a cessão da propriedade fiduciária, independentemente do registro no Cartório de Registro de Imóveis.
  - O registro de contrato de locação de imóvel alienado fiduciariamente independe, em qualquer que seja o prazo fixado, da anuência do credor fiduciário.
25. No tocante à retificação de registro imobiliário, **NÃO SE PODE AFIRMAR** que:
- Depende de requerimento do interessado, não podendo ser iniciado de ofício pelo Registrador.
  - A Lei Federal 10931/2004 inovou, permitindo a retificação administrativa para os casos de vício de registro.
  - Todas as assertivas estão corretas.
  - Por vício do título está restrita à esfera jurisdicional.
26. Sobre a representação prevista no Código Civil, responda:
- É anulável o negócio jurídico que o representante celebrar consigo mesmo, salvo se expressamente permitido por lei ou pelo representado.
  - Caso o representante substabeleça seus poderes, poderá celebrar negócios com o substabelecido sem que esteja sujeito a anulação e independente de permissão expressa da lei ou do representado.
  - O negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado é anulável, independente do conhecimento de quem celebrou o negócio com o representante.
- Assinale a correta:
- Todas as assertivas são verdadeiras.
  - Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
  - Apenas a assertiva I é verdadeira.
  - Apenas a assertiva III é verdadeira.
27. Sobre as obrigações em geral, assinale a alternativa correta:
- Como regra, os acessórios não estão abrangidos na obrigação de dar coisa certa, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias.
  - Nas obrigações alternativas de prestação periódica, a faculdade de escolha pode ser exercida a cada prestação.
  - A indivisibilidade da obrigação se mantém ainda que a obrigação se resolva em perdas e danos.
  - Nas obrigações de dar coisa incerta, não pode o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, independente da ciência do credor sobre a concentração.

28. Sobre o contrato de compra e venda, responda em conformidade com o Código Civil:
- Não é lícita a compra e venda de bens entre cônjuges casados em regime de comunhão, parcial ou universal.
  - A cláusula de retrovenda pode ser aposta em bens móveis e imóveis.
  - A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro.
- Assinale a alternativa correta:
- Apenas a assertiva III é verdadeira.
  - Todas as assertivas são falsas.
  - Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
  - Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
29. Sobre penhor, anticrese e hipoteca, responda:
- É nula cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
  - Como regra, no penhor pignoratício a coisa empenhada fica na posse do credor.
  - Se a dívida garantida não for paga no vencimento, o credor está autorizado a ficar com o objeto de garantia.
  - Somente os bens hipotecados ou penhorados garantem o pagamento da dívida e despesas judiciais, não remanescendo responsabilidade pessoal do devedor caso não sejam suficientes para tanto.
- Apenas a assertiva III é verdadeira.
  - Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
  - Todas as assertivas são verdadeiras.
  - Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
30. A propriedade do solo prevista no Código Civil abrange:
- As jazidas, minas e recursos minerais.
  - O espaço aéreo e o subsolo, em altura e profundidade úteis ao seu exercício.
  - Os sítios arqueológicos.
- Assinale a alternativa correta.
- Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
  - Apenas a assertiva I é verdadeira.
  - Todas as assertivas são verdadeiras.
  - Apenas a assertiva II é verdadeira.
31. Sobre a fiança prevista no Código Civil, assinale a alternativa correta:
- Pode garantir obrigações nulas.
  - Pode ser estipulada ainda que contra a vontade do devedor.
  - Não pode ser de valor inferior à obrigação principal.
  - Pode ser por escrito ou verbal.
32. Sobre a validade do casamento, responda:
- O casamento celebrado com pessoa divorciada que ainda não realizou a partilha dos bens do casamento anterior é anulável.
  - Não pode ser anulado por motivo de idade o casamento do qual resultou gravidez.
  - O casamento realizado sob erro essencial quanto a pessoa do cônjuge é anulável, ainda que haja coabitação após a ciência do vício.
- Assinale a alternativa correta:
- Apenas a assertiva II é verdadeira.
  - Todas as assertivas são verdadeiras.
  - Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
  - Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
33. Em relação à sucessão legítima prevista no Código Civil, responda:
- Na classe dos descendentes, o grau mais próximo exclui o mais remoto, sendo concedido direito de representação somente até o quarto grau.
  - Entre os colaterais, a sucessão se defere até o terceiro grau, sendo concedido direito de representação.
  - Na classe dos ascendentes, o grau mais próximo exclui o mais remoto, não sendo concedido direito de representação.
- Assinale a alternativa correta:
- Apenas a assertiva III é verdadeira.
  - Apenas a assertiva II é verdadeira.
  - Todas as assertivas são verdadeiras.
  - Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
34. Em relação à elaboração de testamento, responda:
- A nomeação de herdeiro pode ser pura e simples, ou por certo motivo.
  - Podem ser chamados a suceder as pessoas jurídicas, cuja organização, sob qualquer forma, seja determinada pelo testador.
  - Não é possível a nomeação de herdeiro à termo, ou sob condição.
- Assinale a alternativa correta
- Apenas a assertiva I é verdadeira.
  - Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
  - Apenas a assertiva II é verdadeira.
  - Todas as assertivas são verdadeiras.
35. Assinale a alternativa que indica a ordem correta de privilégio geral sobre os bens do devedor insolvente, conforme o Código Civil:
- Créditos pelo salário dos empregados domésticos, nos derradeiros seis meses de vida; crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e anterior; custas judiciais e despesas com a arrecadação e liquidação da massa; crédito por despesa de funeral.
  - Crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e anterior créditos pelo salário dos empregados domésticos, nos derradeiros seis meses de vida; custas judiciais e despesas com a arrecadação e liquidação da massa; crédito por despesa de funeral.
  - Créditos pelo salário dos empregados domésticos, nos derradeiros seis meses de vida; crédito por despesa de funeral; custas judiciais e despesas com a arrecadação e liquidação da massa; crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e anterior.
  - Créditos por despesa de funeral; custas judiciais e despesas com a arrecadação e liquidação da massa; crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e anterior; e crédito pelo salário dos empregados domésticos, nos derradeiros seis meses de vida.
36. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente sobre alienação fiduciária de bem imóvel, assinale a alternativa correta:
- No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da liquidação da dívida, o oficial de Registro de Imóveis efetuará o cancelamento do registro da propriedade imobiliária, independentemente de termo específico emitido pelo fiduciário.
  - O oficial de Registro de Imóveis competente efetuará o cancelamento do registro da propriedade imobiliária à vista de termo de quitação do fiduciário.
  - O contrato é que definirá o prazo de carência entre o vencimento e não pagamento da dívida e a intimação do fiduciante para fins de constituição em mora.
  - Constituído em mora, o devedor fiduciante pode, com anuência do fiduciário, dar seu direito eventual sobre o imóvel em pagamento da dívida.
- Apenas a assertiva II está incorreta.
  - Apenas a assertiva I está incorreta.
  - Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
  - Todas as assertivas estão incorretas.
37. Analise a alternativa correta de acordo com a legislação vigente que rege a Nota Promissória, a Letra de Câmbio, o Cheque e a Duplicata. Dentre os referidos títulos de crédito (Nota Promissória, Letra de Câmbio, Cheque e Duplicata) são denominados *ordem de pagamento*:
- Apenas a letra de câmbio e o cheque.
  - A Nota Promissória, a Letra de Câmbio, a Duplicata e o Cheque.
  - Apenas o cheque.
  - Apenas a letra de câmbio, a duplicata e o cheque.
38. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente, assinale a alternativa correta:
- A recusa de pagamento de cheque comprovada por declaração escrita e datada do sacado sobre o título, indicando a data da apresentação, dispensa o protesto e produz os efeitos deste.
  - Não poderão ser protestados títulos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil.
  - Não cabe ao Tabelião investigar a prescrição ou caducidade do título apresentado para protesto.
  - O protesto será tirado por falta de pagamento, aceite ou devolução, mas, após o vencimento, o protesto sempre será registrado por falta de pagamento.
- Todas as assertivas estão corretas.
  - Todas as assertivas estão incorretas.
  - Apenas a assertiva I está correta.
  - Somente a assertiva II está incorreta.

39. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente que regula a duplicata, assinale a alternativa correta:
- É dispensado o protesto para a execução do sacado de duplicata aceita.
  - É obrigatório o protesto da duplicata para o exercício do direito de direito regresso em face dos endossantes e respectivos avalistas.
  - Como regra, o aceite da duplicata pelo sacado é obrigatório, só podendo não ser realizado nas hipóteses expressas previstas na lei.
  - A cobrança judicial da duplicata pode ser promovida em face de todos os coobrigados, observando-se sempre a ordem em que figurem o título.
- Apenas as assertivas I e III estão incorretas.
  - Todas as assertivas estão corretas.
  - Somente a assertiva IV está incorreta.
  - Todas as assertivas estão incorretas.
40. Analise a alternativa **INCORRETA** de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro sobre a sociedade limitada:
- Omissão do contrato social, o sócio poderá ceder suas quotas a quem seja sócio, independentemente do consentimento dos demais sócios.
  - A sociedade limitada poderá ser regida supletivamente pelas normas que regem a sociedade anônima, se e somente se estiver expressamente previsto no contrato social.
  - O instrumento de alteração do contrato social poderá ser levado para registro, sem a necessidade de deliberação em assembleia ou reunião, caso tenha sido regularmente assinado por todos os sócios.
  - A aprovação do balanço patrimonial e do resultado econômico, ainda que sem ressalvas, poderá ser anulada a qualquer tempo, uma vez demonstrados e comprovados vícios de qualquer natureza.
41. Analise a alternativa **INCORRETA** de acordo com o que dispõe o Código Civil brasileiro sobre a sociedades:
- A inscrição do contrato social da sociedade em conta de participação em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.
  - Na sociedade em comum todos os bens sociais respondem pelos atos de gestão, sendo inoponível perante terceiros, ainda que levado ao conhecimento prévio destes, qualquer pacto limitativo de poderes.
  - A especialização patrimonial da sociedade em conta de participação somente produz efeitos em relação aos sócios desta.
  - A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade.
42. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente sobre a sociedade simples, regidas pelas normas que lhes são próprias, assinale a alternativa correta:
- Se o contrato social for omissivo, os atos de administração da sociedade deverão ser praticados em conjunto pelos os sócios.
  - Os atos de competência conjunta de administradores poderão ser praticados sem o conjunto de todos, em situações de urgência, cujo retardo ou omissão podem provocar danos graves ou irreparáveis à sociedade.
  - A administração da sociedade cabe apenas às pessoas naturais.
  - A modificação do capital social depende do consentimento de todos os sócios.
- Apenas a assertiva I está correta.
  - Todas as assertivas estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.
  - Apenas a assertiva IV está incorreta.
43. Analise as assertivas abaixo e, de acordo com o que dispõe a legislação vigente sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins e registro de sociedades, assinale a alternativa correta:
- As juntas comerciais são subordinadas tecnicamente ao DNRC – Departamento Nacional de Registro do Comércio.
  - A sociedade simples que adotar uma das formas das sociedades empresárias deverá ser registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
  - O registro de contrato de constituição de sociedade nas Juntas Comerciais é denominado arquivamento.
  - O nome empresarial observará os princípios da veracidade e da novidade.
- Todas as assertivas estão corretas.
  - Apenas a assertiva IV está incorreta.
  - Apenas a assertiva I está correta.
  - Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.
44. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com o que dispõe as legislações que regem as cooperativas:
- As quotas do capital das cooperativas poderão ser transferidas para terceiros nos termos regulados pelo Estatuto.
  - A responsabilidade dos sócios poderá ser limitada ou ilimitada, dependendo do caso.
  - O quórum para as deliberações na Assembleia Geral é determinado com base no número de sócios e não na participação no capital social.
  - Uma das características das cooperativas é a variabilidade do seu capital social.
45. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a legislação vigente:
- A licença do uso da marca produzirá efeitos perante terceiros a partir da data do pedido de averbação no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
  - O prazo de vigência do registro da marca é improrrogável.
  - O pedido de registro marca poderá ser cedido, mesmo antes da concretização do registro, desde que o cessionário atenda aos requisitos legais para requerer tal registro.
  - O contrato de licença de uso da marca precisa estar averbado no INPI para efeito de validade de prova do uso.
46. De acordo com o Código de Processo Civil em vigência, assinale a alternativa correta:
- A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão sempre propostas no foro do domicílio do réu.
  - O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica, bem como da autenticidade ou falsidade de documento, sendo admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
  - Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, exceto quando o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.
  - O foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, exceto quando o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
47. De acordo com o Código de Processo Civil em vigência, relativamente à Competência Interna, assinale a alternativa correta:
- É competente o foro da situação dos bens se o autor da herança não possuía domicílio certo e o do lugar em que ocorreu o óbito se o autor da herança não tinha domicílio certo e possuía bens em lugares diferentes.
  - É competente o foro do domicílio do credor para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.
  - Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato.
  - Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.
- Analizando as afirmativas, assinale a alternativa correta:
- Apenas I, III e IV estão corretas.
  - Todas estão corretas.
  - Apenas I e III estão corretas.
  - Apenas II e IV estão corretas.
48. De acordo com o Código de Processo Civil em vigência, não se fará a citação, salvo para evitar o pericimento do direito:
- A quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.
  - Ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 10 (dez) dias seguintes.
  - Aos noivos, nos 7 (sete) primeiros dias de bodas.
  - Aos doentes, enquanto hospitalizados.
- Analizando as afirmativas, assinale a alternativa correta:
- Apenas II e III estão corretas.
  - Apenas I, II e III estão corretas.
  - Todas estão corretas.
  - Apenas I está correta.

49. De acordo com o Código de Processo Civil em vigência, extingue-se o processo, sem resolução de mérito:
- Quando ficar parado durante mais de seis meses por negligência das partes.
  - Quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.
  - Pela convenção de arbitragem.
  - Quando a ação for considerada transmissível por disposição legal.
- Analisando as afirmativas, assinale a alternativa correta:
- Todas estão corretas.
  - Apenas II e III estão corretas.
  - Apenas I e III estão corretas.
  - Apenas II e IV estão corretas.
50. De acordo com a Lei 9.307/96, que dispõe sobre a arbitragem, assinale a alternativa correta:
- A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes. Nada tendo sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de três meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro.
  - Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.
  - Considera-se instituída a arbitragem quando aceita a nomeação pelo árbitro, se for único, ou pela maioria absoluta, se forem vários.
  - As partes é vedado estabelecer o processo de escolha dos árbitros, devendo adotar as regras de um órgão arbitral institucional ou entidade especializada.
51. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, **EXCETO**:
- Concessão de asilo político.
  - Independência nacional.
  - Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
  - Intervenção em países em guerra.
52. Conceder-se-á [.....] para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público:
- Ação civil pública.
  - Habeas corpus.
  - Mandado de Injunção.
  - Habeas data.
53. Quanto aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais é correto afirmar que a:
- Remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
  - Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
  - Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um quarto a mais do que o salário normal.
  - Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
54. A emenda à Constituição da República Federativa do Brasil será promulgada:
- Exclusivamente pela Presidência da Câmara dos Deputados.
  - Pela Presidência da República.
  - Exclusivamente pela Presidência do Senado Federal.
  - Pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
55. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, [.....] do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por [.....] Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles:
- Três por cento; oito.
  - Um por cento; cinco.
  - Dois por cento; sete.
  - Cinco por cento; dez.
56. Compete privativamente ao Presidente da República, **EXCETO**:
- Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
  - Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
  - Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
  - Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos pela Constituição.
57. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de [.....] membros com mandato de [.....] anos, admitida uma recondução:
- 13 (treze); 3 (três).
  - 15 (quinze); 2 (dois).
  - 17 (dezesete); 3 (três).
  - 11 (onze); 2 (dois).
58. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, **EXCETO**:
- O Presidente do Supremo Tribunal Federal.
  - Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
  - O Presidente da República.
  - O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
59. Sobre o Poder Legislativo é correto afirmar que:
- Nenhuma das unidades da Federação terá menos de 4 (quatro) ou mais de 80 (oitenta) deputados.
  - A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, segundo o princípio majoritário.
  - O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos, segundo o sistema proporcional.
  - Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
60. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos é **INCORRETO** afirmar que:
- Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
  - É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
  - A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
  - A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
61. Assinale a alternativa correta:
- De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.666/1993, os contratos ali disciplinados somente poderão ser alterados por acordo das partes ou por decisão judicial.
  - De acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.784/1999, é dever da Administração, por seus agentes, prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
  - De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, a parte interessada poderá, com o propósito de formar conjunto probatório em processo judicial cível ou penal, em caráter incidental ou autônomo, requerer ao juiz que ordene ao responsável pela guarda o fornecimento de registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de internet. Para tanto, e sem prejuízo dos demais requisitos legais, o requerimento deverá conter, sob pena de inadmissibilidade, fundados indícios da ocorrência do ilícito, justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória e o período ao qual se referem os registros.
  - De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.429/1992, celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
62. Assinale a alternativa correta:
- De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.666/1993, constitui crime admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo, sujeitando o infrator à pena de 3 (três) a 6 (seis) anos de reclusão e multa.
  - De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.016/2009 (mandado de segurança), o ingresso de litisconsorte ativo só será admitido após o despacho da petição inicial.
  - De acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.784/1999, é dever da Administração, por seus agentes, proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
  - De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.429/1992, frustrar a licitude de concurso público constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

63. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.429/1992, aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- b) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 4.717/1965 (ação popular), a sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do dobro das custas e honorários advocatícios, estes limitados a 10% do valor da causa.
- c) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.784/1999, o administrador tem direito de formular, perante a Administração, alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- d) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, o provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do regulamento.

64. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 9.784/1999, a competência para a prática de atos administrativos cabe aos órgãos administrativos a que foi inicialmente atribuída, podendo eventualmente ser delegada ou avocada nas hipóteses previstas em regulamento próprio, pois excepcionalmente renunciável.
- b) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 7.347/1985, na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.
- c) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, a disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, bem como o reconhecimento da escala local e mundial da rede, os direitos sociais, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais, a pluralidade e a diversidade, a abertura e a colaboração, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor, bem com a lucratividade das empresas prestadores de tais serviços.
- d) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.016/2009, será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar ex officio ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 30 (trinta) dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.

65. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.016/2009, não cabe mandato de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- b) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.429/1992, perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- c) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 7.347/1985, em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios, estes limitados a 10% do valor da causa, e ao dobro das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- d) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 4.717/1965 (ação popular), a propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações que forem posteriormente intentadas, desde que idêntico o pedido, mesmo que outras sejam as partes ou os fundamentos.

66. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.666/1993, a rescisão do contrato somente poderá se dar por ato unilateral e fundamentado da Administração ou por decisão judicial.
- b) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 7.347/1985 (ação civil pública), somente os Tribunais (e não o Juiz) poderão conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.
- c) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 4.717/1965 (ação popular), o Ministério Público acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.
- d) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.016/2009, o pedido de mandato de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

67. Assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 4.717/1965 (ação popular), a sentença, quando não prolatada em audiência de instrução e julgamento, deverá ser proferida dentro de 60 (dias) dias do recebimento dos autos pelo juiz.
- b) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 7.347/1985, a ação civil poderá ter por objeto somente a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer.
- c) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 8.666/1993, nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- d) De acordo com o disposto na Lei Federal n. 12.965/2014, o provedor de conexão à internet será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

68. Assinale a alternativa correta:

- a) A revogação do ato administrativo, mesmo quando legítima, sempre dá direito à indenização ao lesado, uma vez que constitucional a responsabilização do Estado por ato lícito.
- b) Para o moderno Direito Administrativo, motivo e motivação do ato administrativo veiculam a mesma ideia, isto é, são sinônimas em seus efeitos finais, pois ambas vinculam a Administração Pública e a sua inobservância implica na declaração de inexistência do ato.
- c) O ato administrativo viciado não pode ser convalidado se já impugnado, administrativa ou judicialmente. Há, entretanto, uma exceção. É o caso da "motivação" de ato vinculado expedida tardiamente, após a impugnação do ato.
- d) Em relação aos atributos do ato administrativo, é correto afirmar-se que, modernamente, confundem-se a executoriedade e a exigibilidade pois ambas garantem, por si só, a possibilidade de coação material de execução do ato.

69. Assinale a alternativa correta:

- a) Os "servidores públicos" são uma espécie dentro do gênero "agentes políticos".
- b) A efetivação em cargo de provimento temporário é o que se denomina "estabilidade".
- c) Após dois anos de efetivo exercício, subsequentes à nomeação por concurso de provas ou provas e títulos, goza o servidor público de estabilidade.
- d) Demissão é o desligamento do cargo com caráter sancionador. Corresponde a uma "expulsão", aplicável nas hipóteses legalmente prevista e, pois, não se confunde com exoneração.

70. Assinale a alternativa correta:

- a) É nulo e de nenhum efeito todo e qualquer contrato verbal firmado entre o particular e a Administração Pública, pois só se admite, em quaisquer hipóteses, em homenagem aos princípios da legalidade e impessoalidade, contrato escrito.
- b) Um dos mais importantes princípios constitucionais aplicáveis ao serviço público é o relativo à liberdade de contratar com a Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de impedimento decorrentes da declaração anterior de inidoneidade.
- c) Equilíbrio econômico-financeiro (ou equação econômico-financeira) é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.
- d) De acordo com o moderno Direito Administrativo, de feição social e solidária, tem-se entendido que inaplicável a desafetação de bens públicos quando patente o prejuízo às comunidades carentes atingidas pelo ato, devendo daí intervir, obrigatoriamente, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

71. O artigo nº 146 do CTN estabelece que a modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade no exercício do lançamento pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução. Trata-se de princípio de segurança jurídica que retira do âmbito da administração a possibilidade de:
- Aplicar o novo critério jurídico para os fatos geradores futuros, eis que já assentado critério que assegura ao contribuinte o direito não haver modificação interpretativa sobre fato tributário certo.
  - Uma vez assentado um critério jurídico em relação a um dado fato tributário, aplicar retroativamente, respeitados os limites e prazos decadenciais, o novo critério jurídico.
  - Promover a constituição de crédito tributário contra determinado sujeito passivo, a qualquer tempo, porque fixado um critério jurídico que lhe assegura um dado direito.
  - Estender a sujeitos passivos diversos, que não tenham em suas operações a fixação de um dado jurídico com efeitos retroativos decorrentes.
72. Segundo o Professor Paulo de Barros Carvalho, a compreensão sobre a estrutura normativa de uma obrigação tributária exige a presença de uma hipótese impositiva descrita no antecedente e uma relação jurídica no consequente a união dessas figuras, antecedente e consequente da norma tributária dão os contornos da chamada regra-matriz da hipótese de incidência tributária. Dito isto e de acordo com a doutrina de Paulo de Barros Carvalho identifique quais são os elementos que integram o antecedente e o consequente da Regra-Matriz da Hipótese de Incidência Tributária.
- Antecedente: Critérios material, prestacional ou quantitativo; Consequente: Critérios temporal, pessoal e espacial.
  - Antecedente: Critérios estatal, funcional e legal; Consequente: econômico e pessoal.
  - Antecedente: Critérios material, espacial e temporal; Consequente: Critérios pessoal e prestacional ou quantitativo.
  - Antecedente: Critérios material, pessoal e prestacional ou quantitativo; Consequente: Critérios temporal e espacial.
73. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, são pessoas jurídicas de direito público que possuem competência tributária, ou seja, uma parcela do poder tributário. Mas a Constituição Federal brasileira, ao mesmo tempo em que outorga a cada uma dessas entidades a competência para criarem impostos, limita-lhes o poder de tributar, através de seus artigos 150 a 152. Sendo assim, o poder de tributar destes entes não é absoluto. Dentro deste quadro de outorgas de competências e de limitações ao poder tributante a Carta Constitucional atribuiu a cada um desses entes determinadas competências tributárias. Identifique, nos termos do artigo nº 153 da Constituição Federal quais são os impostos de competência da União.
- Importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural; grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
  - Importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural; grandes fortunas, nos termos de lei complementar; operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
  - Importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural; propriedade predial e territorial urbana; grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
  - Importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
74. O artigo nº 148 da Constituição Federal outorgou competência para a criação de Empréstimos Compulsórios que poderão ser exigidos em situações excepcionais. Indique de quem é a competência e quais são as situações excepcionais que autorizam a administração instituir e exigir o sobredito empréstimo, nos termos do Artigo nº 15 do Código Tributário Nacional.
- A competência para instituir empréstimo compulsório poderá ser exercida pelos municípios e pelos estados membros ante a ocorrência de calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis.
  - A competência para instituir empréstimo compulsório é exclusiva da União e o mesmo poderá ser instituído ante guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
  - A competência para instituir empréstimo compulsório não é exclusiva da União e o mesmo poderá ser instituído ante guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
  - A competência para instituir empréstimo compulsório é concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da e o mesmo poderá ser instituído ante guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
75. Constituído o crédito tributário ou nascida a obrigação tributária, diversas são as formas através das quais tal obrigação poderá ser extinta, seja por previsão legal, seja por conduta ativa do sujeito passivo. O legislador previu essas modalidades de forma taxativa no artigo 156 do CTN. Identifique a opção que contenha todas as hipóteses legais através das quais poderá ser extinta a obrigação.
- O pagamento; a compensação; a prescrição e a decadência; a conversão de depósito em renda; o pagamento antecipado; a decisão administrativa irrevogável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
  - O pagamento; a compensação; a transação; remissão; a prescrição e a decadência; a conversão de depósito em renda; o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164; a decisão administrativa irrevogável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
  - O pagamento; a compensação; a transação; a prescrição e a decadência; o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; a decisão administrativa irrevogável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
  - O pagamento; o perdão; a compensação; a transação; remissão; a prescrição e a decadência; a conversão de depósito em renda; o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
76. No que diz respeito à classificação do crime quanto ao concurso de Pessoas, é correto afirmar:
- O crime de furto (art. 155 do CP) é plurissubjetivo de condutas contrapostas.
  - O crime de peculato (art. 312 do CP) é plurissubjetivo de condutas paralelas.
  - O crime de bigamia (art. 235 do CP) é plurissubjetivo de condutas convergentes.
  - O crime de roubo (art. 157 do CP) é plurissubjetivo de condutas paralelas.

77. De acordo com a Lei de Crimes Hediondos (8.072/90), é correto afirmar:
- O crime de estupro (art. 213, do CP) somente é considerado hediondo caso praticado na sua forma qualificada.
  - Ao contrário do que ocorre com o crime de extorsão, que é considerado hediondo apenas se qualificado pelo resultado morte, o delito de extorsão mediante sequestro é etiquetado como hediondo independentemente da modalidade.
  - O crime de roubo, do qual resulta lesão corporal grave na vítima, é etiquetado como sendo crime hediondo.
  - O crime de Genocídio (Lei 2.889/56) é considerado equiparado a hediondo.
78. No que diz respeito à legislação extravagante, assinale a alternativa correta:
- A lei 10.826/03 (Lei do desarmamento), passou a tipificar a conduta consistente em vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente, derogando disposição semelhante prevista na Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
  - A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico privilegiado) afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas.
  - O simples fato do agente transportar drogas, utilizando-se de meio de transporte público, já é causa suficiente para incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 40, III, da Lei de Drogas, ainda que ele não comercialize tal estupefaciente no referido local.
  - De acordo com a Lei de Execução Penal (7.210/84), é direito do preso, dentre outros, o recebimento de atestado de pena a cumprir, emitido mensalmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.
79. Atinente à aplicação da Lei penal no tempo e no espaço, é correto afirmar:
- No que tange ao tempo do crime, o código penal adotou a teoria da ubiquidade.
  - Leis temporárias e excepcional (art. 3, CP) são hipóteses excepcional de ultra atividade maléfica.
  - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar. Tal instituto é denominado Extraterritorialidade.
  - De acordo com o princípio da territorialidade, não é possível, por conta de regras internacionais, que um crime cometido no Brasil não sofra as consequências da Lei Brasileira.
80. Assinale a alternativa correta:
- O agente que subtrai coisa móvel alheia, para si ou para outrem, depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência da vítima, pratica o crime de roubo impróprio.
  - Os crimes funcionais estão sujeitos à extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira.
  - No caso de Peculato culposo, ocorrendo a reparação do dano até o recebimento da denúncia, extingue-se a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
  - O funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, utilizando-se de violência ou grave ameaça, comete o crime de extorsão.
81. Assinale a alternativa correta:
- A jurisprudência amplamente majoritária considera que o arquivamento do inquérito policial promovido por Juízo absolutamente incompetente acarreta em coisa julgada formal.
  - Arquivado o inquérito policial por requerimento do Ministério Público, não é mais cabível a propositura de ação penal privada subsidiária da pública.
  - A Participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
  - Ocorre o arquivamento indireto do inquérito policial quando o membro do Ministério Público deixa de incluir um crime ou um réu na denúncia, sem fazer qualquer menção quanto ao seu arquivamento.
82. Acerca das provas no processo penal, responda a alternativa correta:
- Com a reforma processual de 2008, o código de processo penal adotou o sistema crossexamination para inquirição de testemunhas, não vigorando mais o sistema presidencialista.
  - A inobservância da ordem de inquirição das testemunhas, durante a audiência de instrução e julgamento, acarreta em nulidade absoluta, por atentar contra matéria de ordem pública.
  - O princípio do "nemo tenetur se detegere" engloba o direito do acusado de não ser obrigado a praticar qualquer comportamento ativo ou passivo que possa servir de prova para incriminá-lo.
  - A medida cautelar de busca e apreensão não é cabível na fase de execução da pena, eis que seu uso somente é possível no processo de cognição.
83. De acordo com o CPP, entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança:
- Se, regularmente intimado para ato do processo, o acusado deixar de comparecer, sem motivo justo.
  - Se, condenado, o acusado não se apresentar para o início do cumprimento da pena definitivamente imposta.
  - Se, deliberadamente, o acusado praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
  - Se o acusado praticar nova infração penal dolosa.
84. Levando em conta as disposições da lei 9.099/95, no que diz respeito aos juizados especiais criminais, é correto afirmar:
- Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão, e quando opostos contra sentença, interromperão o prazo para o recurso.
  - A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
  - A suspensão condicional do processo será revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
  - A competência do juizado será determinada pelo lugar do resultado da infração penal.
85. Assinale a alternativa correta:
- A falta grave interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.
  - A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto.
  - O benefício de saída temporária no âmbito da execução penal é ato jurisdicional suscetível de delegação à autoridade administrativa do estabelecimento prisional.
  - O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena impede o trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato.
86. Segundo o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará é certo afirmar:
- Aos oficiais de registro de distribuição compete privativamente averbar o cancelamento do protesto.
  - Serviços notariais e de registro são aqueles de organização técnica e administrativa destinados a garantir publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
  - Os titulares dos serviços notariais e de registro são os tabeliães de notas, os tabeliães de protesto de títulos e outros documentos de dívida, os oficiais de registro de distribuição de protesto, os oficiais de registro de títulos e documentos, os oficiais de registro civil das pessoas jurídicas, os oficiais de registro civil das pessoas naturais, os oficiais de registro de imóveis e o tabelião e oficial do registro de contratos marítimos.
  - A delegação a tabelião ou a oficial de registro não se extinguirá por aposentadoria, apenas por morte, invalidez, renúncia e perda da delegação.
- Analizando as proposições, pode-se afirmar:
- Somente as proposições I e III estão corretas.
  - Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - Somente as proposições II e III estão corretas.
  - Somente as proposições II e IV estão corretas.



87. É certo afirmar:

- I. As Câmaras Criminais Reunidas são integradas pelos membros das Câmaras Criminais Isoladas, e as Cíveis, pelos membros das Câmaras Cíveis isoladas, serão presididas, cada qual, pelos seus respectivos presidentes, aos quais será observado critério de antiguidade.
- II. Como Juiz de Direito de Registro Público compete-lhes processar os protestos, vistorias e outras medidas que sirvam como documentos para a juntada em causa de sua competência, decidir as dúvidas opostas por Tabeliães e quaisquer oficiais de registros, aplicar penas disciplinares aos Tabeliães e Oficiais de registros públicos, que ficarão sob sua imediata inspeção, promovendo a intervenção do Corregedor e do Ministério Público nos casos de competência destes.
- III. São Órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará: Tribunal de Justiça; Juízes de Direito; Pretores; Juízes de Paz; Tribunais do Júri; Justiça Militar; Cartórios Judiciais e Cartórios Extrajudiciais.
- IV. O território do Estado do Pará, para os fins da administração da Justiça, divide-se em Regiões Judiciárias, Comarcas, Termos, Distritos, Subdistritos, formando, porém uma só circunscrição para os atos da competência do Tribunal de Justiça.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e II estão corretas.

88. É certo afirmar:

- I. Nas Comarcas de pequeno movimento, quando não estiver assegurada a autonomia financeira, poderão ser acumuladas, excepcionalmente, em decisão fundamentada, todas as especialidades do serviço de notas e de registro, em uma única unidade.
- II. Para a fixação do valor dos emolumentos, a Lei dos Estados e do Distrito Federal levará em conta exclusivamente a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro.
- III. A Resolução n° 81 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital.
- IV. As receitas oriundas de convênios, acordos ou contratos firmados com entidades públicas ou privadas para a adequada manutenção da gratuidade assegurada aos cidadãos, possibilitando a prestação de serviços públicos, fazem parte do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

89. É certo afirmar:

- I. É no momento da vacância que devem ser efetivadas as acumulações e desacumulações, bem como anexações e desanexações, previstas nos artigos 26 e 49 da Lei n° 8.935/1994, inclusive para que se evite, sempre que possível, que uma mesma serventia elabore uma escritura e proceda depois ao registro imobiliário do mesmo documento, prestando ao mesmo tempo serviços notariais e de registro.
- II. O exercício da atividade notarial ou de registro terá início dentro de 60 (sessenta) dias, contados da investidura.
- III. O Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará – FRC será gerido por um Conselho Gestor, composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, tendo dentro das suas competências a de exercer o controle da execução orçamentária-financeira, do patrimônio, programas, ações, contratos e convênios.
- IV. O ingresso, por provimento ou remoção, na titularidade dos serviços notariais e de registros declarados vagos, se dará por meio de concurso de provas e títulos realizado pelo Poder Judiciário, nos termos do § 3° do artigo 236 da Constituição Federal, sendo que a Comissão Examinadora será composta por um Desembargado, que será seu Presidente, por três Juízes de Direito, um Membro do Ministério Público, um Advogado, um Registrador e um Tabelião cujos nomes constarão do edital.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

90. É certo afirmar:

- I. O Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará – FRC, até o dia vinte de cada mês, repassará aos Oficiais de Registro Civil de Pessoas naturais os valores a que farão jus pelos atos gratuitos praticados, constantes do relatório mensal que deverá ser encaminhado, posteriormente, às respectivas Corregedorias de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com o objetivo de verificar a veracidade das informações prestadas.
- II. Para cálculo dos preços devidos pelo registro de contratos, títulos e documentos cujos valores venham expressos em moeda estrangeira, far-se-á a conversão em moeda nacional, com utilização do valor de compra do câmbio do dia em que estiver datado o documento.
- III. Ao Titular da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará compete, enquanto ordenador de despesa do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará – FRC, prestar contas bimestralmente ao Conselho Gestor, com o encaminhamento de relatório bimestral, com especificações mensais das receitas recolhidas ao FRC e as compensações realizadas pelos atos gratuitos praticados, de forma contábil, mantendo os balancetes e demonstrativos mensais da aplicação dos recursos atualizados, bem como os documentos contábeis correspondentes.
- IV. Os atos notariais e de registro civil no caso de separação e divórcio consensuais serão gratuitos àqueles que se declararem pobres sob as penas da Lei. No caso do tabelião levantar dúvida sobre declaração de pobreza, poderá efetuar diligência para apurar a sua veracidade, hipótese em que recusará o benefício. Não concordando a parte interessada com a recusa do tabelião, este fica obrigado, sob pena de responsabilidade, a suscitar, no prazo de 48 horas, dúvida ao Juiz da Vara do Registro Público competente, que decidirá o incidente de forma sumária, em igual prazo. Ao decidir o incidente, se o Juiz verificar má-fé do tabelião, o condenará nas custas, em importância equivalente ao mínimo do valor estabelecido para o processo judicial.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

91. É certo afirmar:

- I. A retificação administrativa de erro constante da matrícula, registro ou averbação somente será feita mediante autorização obtida por procedimento judicial.
- II. O desmembramento de imóvel rural não implicará alteração da reserva legal já averbada, seja da sua área, localização ou descrição, conforme já aprovadas pela entidade ou órgão ambiental competente.
- III. No que pertinente aos titulares dos serviços notariais e de registros, as fases de instauração, instrução, defesa, relatório, julgamento e recurso do processo administrativo disciplinar seguirão por analogia o disposto no estatuto do servidor público federal.
- IV. A autoridade julgadora do processo administrativo concernente aos titulares dos serviços notariais e de registros não está adstrita à proposta recebida ou ao relatório da comissão processante, podendo decidir de modo diverso e devendo, em todo o caso, fundamentar a sua decisão.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

92. É certo afirmar:

- I. Os emolumentos devidos pelos atos notariais e registrais, no âmbito do Estado do Pará serão corrigidos anualmente através do INPC/IBGE, podendo esse período ser reduzido de forma extraordinária para seis meses caso o TJPA contate a defasagem destes perante o poder de compra da moeda.
- II. Nas cessões de crédito, a base de cálculo será sobre o valor do total das garantias oferecidas, sem consideração de qualquer outro acréscimo.
- III. Compete ao Presidente do TJPA baixar provimentos relativamente à subscrição de atos auxiliares de quaisquer ofícios, bem como, manifestar-se sobre a desanexação ou aglutinação dos ofícios do Foro Judicial e do Extrajudicial.
- IV. As Comissões Permanentes do TJPA são as: de Concurso; de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos; de Informática; Jurisprudência, Biblioteca e Revista.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

93. É certo afirmar:

- I. Sendo o caso de aposentadoria por implemento de idade limite, o Corregedor-Presidente do TJPA, à falta de requerimento do interessado até trinta (30) dias antes da data em que o Magistrado, Servidor ou Agente deverá completar aquela idade, fará instaurar o processo de ofício, fazendo-se a necessária comprovação de idade por meio de certidão de nascimento ou prova equivalente.
- II. Em caráter de exceção é permitida a prática de ato notarial e registral fora do território da circunscrição para a qual o agente recebeu delegação.
- III. A Corregedoria de Justiça, dividida para efeito de jurisdição em Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior do Estado, tem funções administrativas, de orientação, fiscalização e disciplinares, a serem exercidas por dois Desembargadores eleitos na forma da Lei.
- IV. O Conselho da Magistratura é o Órgão maior de inspeção e disciplina na Primeira Instância, e de planejamento da organização e da administração judiciárias em Primeira e Segunda Instância.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e II estão corretas.
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

94. É certo afirmar:

- I. O Tribunal de Justiça, Órgão supremo do Poder Judiciário do Estado, tendo por sede a cidade de Belém e jurisdição em todo o Estado do Pará, é composto de trinta (30) Desembargadores.
- II. A eleição do Presidente, do Vice-Presidente, dos Corregedores de Justiça e do Conselho de Magistratura, realizar-se-á em sessão do Tribunal Pleno, convocada para a segunda quinzena de dezembro. Considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedores de Justiça e os membros do Conselho de Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.
- III. Sempre que os Órgãos fracionários do TJPA se inclinarem pela inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, determinarão a remessa do processo, ao Tribunal Pleno.
- IV. Nos termos do Regimento Interno do TJPA, cabe Recurso Ordinário para o Superior Tribunal de Justiça, contra decisão denegatória proferida em "Habeas-Corpus", originários ou não, e em Mandados de Segurança, originários ou não.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

95. É certo afirmar:

- I. Traslado é o instrumento público expedido em razão do ofício e que contenha, alternativamente: a cópia integral e fiel do teor de escrito existente em livro ou arquivo da serventia; o resumo de ato praticado ou de documento arquivado na serventia; o relato da realização de atos, conforme quesitos; a negativa da existência de atos.
- II. São exemplos das atribuições do oficial de registro civil das pessoas naturais, lavrar os registros das sentenças e escrituras públicas de separação, divórcio, anulação e nulidade de casamento, bem como de restabelecimento da sociedade conjugal.
- III. Os tabeliães e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causarem a terceiros na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros o direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos. A responsabilidade civil e administrativa independe da criminal.
- IV. O registro da instituição de condomínio edilício importa no fracionamento ideal do solo e outras partes comuns em várias novas propriedades, correspondentes a cada uma das unidades autônomas constituídas, que serão identificadas em forma decimal ou ordinária no instrumento de instituição do condomínio.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

96. Um dos conflitos que mais gera tensões e preocupações em todo o mundo, ocupando de forma recorrente as manchetes de jornais há décadas, é o que envolve judeus e muçulmanos no território de enclave entre Israel e Palestina. Sobre o tema é **FALSO** afirmar que:

- a) O grupo Hamas é um movimento de resistência islâmica que surgiu após a primeira intifada (revolta palestina) contra a ocupação israelense na Cisjordânia e Faixa de Gaza. Ele luta pela formação do Estado Independente da Palestina e se opõe à existência do Estado de Israel.
- b) A Faixa de Gaza é composta por uma estreita faixa de terra localizada na costa oriental do Mar Mediterrâneo, no Oriente Médio, que faz fronteira com o Egito e com Israel. O território tem pouco mais de quarenta quilômetros de comprimento.
- c) Atualmente a Faixa de Gaza é governada por Israel, que nomeia seu governador geral.
- d) O sionismo – ou movimento sionista – refere-se à luta histórica dos judeus em busca da Terra Prometida, consolidada com a construção do Estado de Israel.

97. A busca crescente por energia, principal motor da sociedade moderna, é um dos grandes desafios das nações emergentes, podendo, inclusive, comprometer o desenvolvimento econômico destes países. Sobre esta missão, no Brasil, assinale a afirmativa verdadeira:

- a) O vazamento de material nuclear ocorrido na usina de Fukushima, Japão, reacendeu o debate sobre os riscos de tal atividade. O Brasil, em consonância com a postura adotada por outras nações, como, por exemplo, a Alemanha, anunciou para o ano de 2016 o fechamento das usinas Angra 1, 2 e 3. Esta medida é considerada por muitos como o fim da política brasileira de geração de energia a partir de combustível nuclear.
- b) O elevado preço da gasolina ao consumidor final, que temos observado recentemente em nosso país, se deve a alta do valor do barril de petróleo, que atingiu, nestes últimos tempos no mercado internacional, um valor recorde, por conta da diminuição da oferta mundial deste combustível não renovável.
- c) A descoberta pela PETROBRAS do pré-sal representou uma guinada estratégica na matriz energética nacional. Para 2016, estima-se que mais de 40% da energia elétrica do nosso país será oriunda do petróleo, processado em termelétricas, uma vez que o Brasil agora dispõe deste recurso em abundância.
- d) A crise hídrica que se instalou no Brasil tem sido responsável não só pelo aumento na tarifa de água, mas, também, na de energia, uma vez que com os reservatórios das usinas hidrelétricas em baixa, tem sido necessário recorrer ao uso de termoelétricas, uma matriz bem mais cara.

98. Leia o texto abaixo e responda a questão.

*FUZILEIROS QUE BAIXARAM BANDEIRA DOS EUA EM HAVANA  
REGRESSAM À ILHA.*

*Por volta do meio-dia do dia 4 de janeiro de 1961, depois de passar a manhã queimando documentos do governo em um incinerador, três fuzileiros navais que faziam parte do destacamento de segurança da embaixada dos Estados Unidos em Havana voltaram sua atenção a uma tarefa solene: baixar a bandeira norte americana.*

[...]

*“Tracy saudou a bandeira enquanto Larry Morris operava o cabo para baixa-la. Assim que ela chegou ao alcance dos fuzileiros, Mike East apanhou as pontas da bandeira e seus dois camaradas se aproximaram para ajudar a dobrá-la.*

*“Sempre que você baixa a bandeira pela última vez, é simbólico”, disse Tracy, 78.*

[...]

*Os três fuzileiros navais realizarão agora um velho sonho ao voltar a Havana com o secretário de Estado John Kerry, que visitará Cuba para marcar o restabelecimento de relações diplomáticas entre o país e os Estados Unidos. O governo norte-americano convidou os três militares para que hasteiem a bandeira uma vez mais.*

*“Estamos fazendo algo que não muitos fuzileiros navais fizeram”, disse Morris, 75. “É emocionante”.*

*Folha de São Paulo on-line, 13/08/2015. Acessado em 8/01/2016 às 14h. Adaptado.*

A notícia acima, veiculada no ano que passou, relata um momento histórico na relação entre Cuba e EUA, marcada por décadas de impasses diplomáticos. Sobre a conturbada relação entre os dois países, é **INCORRETO** afirmar que:

- O presidente dos EUA Barack Obama e o presidente de Cuba Raúl Castro anunciaram o restabelecimento total das relações diplomáticas entre os dois países, assim como a reabertura da embaixada norte-americana em Havana – e sua contrapartida em Washington.
- Cuba não consta mais da lista norte-americana de Estados que financiam e apoiam o terrorismo.
- O reatamento das relações diplomáticas entre os dois países foi celebrado pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban ki-Moon e também por líderes de vários outros países. Quem não se surpreendeu com o anúncio foi o primeiro-ministro do Canadá, que trabalhou secretamente neste acordo entre cubanos e americanos por um ano e meio. Outra peça importante foi o Papa Francisco, que trocou mensagens com os presidentes de Cuba e dos Estados Unidos. O Vaticano, inclusive, foi sede de um encontro de emissários dos dois países.
- Com as relações diplomáticas restauradas, estão finalmente reestabelecidas as relações comerciais entre os dois países, tendo fim o embargo estadunidense em relação a Cuba, conhecido neste país como “el bloqueio”, que consistiu em uma interdição de caráter econômico, financeiro e comercial imposta pelos EUA ao governo cubano há mais de cinquenta anos.

99. O Prêmio Nobel é uma das mais prestigiadas premiações do mundo. Conhecer anualmente os vencedores e seus feitos é acompanhar avanços culturais e científicos que marcam o desenvolvimento humano. Sobre ele é correto afirmar que:

- Satoshi Nakamoto, criador da moeda eletrônica Bitcoin, que permite usuários realizarem transações pela internet sem dinheiro vivo ou cartões de crédito e débito, foi condecorado na categoria economia no último ano.
- A escritora e jornalista bielorrussa Svetlana Alexievich foi a vencedora em 2015 na categoria Literatura. Segundo o comitê da premiação, Alexievich foi escolhida por sua “obra polifônica, um monumento do sofrimento e da coragem em nosso tempo”. Seu livro mais famoso é: “Voices from Chernobyl”, que reúne entrevistas com testemunhas da maior catástrofe nuclear da história.
- O prêmio de física do ano de 2015 foi concedido postumamente ao físico teórico Albert Einstein, como reconhecimento pelo desenvolvimento da teoria da relatividade geral, ao lado da mecânica quântica, um dos pilares da física moderna.
- A chanceler (primeira-ministra) alemã, Angela Merkel, foi a última agraciada com o Nobel da Paz, merecendo tal honraria por seu destacado papel na recente crise migratória na Europa.

100. No ano de 2014 a literatura brasileira perdeu, por falecimento, dois expoentes que se caracterizaram principalmente pelo seu brasilianismo: Ariano Suassuna e João Ubaldo Ribeiro. Ambos eram acadêmicos da Academia Brasileira de Letras. Dentre seus trabalhos incluem-se romances, crônicas e peças teatrais. Assinale a alternativa correta:

- Ariano Suassuna, embora paulista, dedicou-se basicamente a escrever sobre o nordeste brasileiro. Dentre suas obras destaca-se o livro Sargento Getúlio, que trata do coronelismo no Nordeste.
- João Ubaldo Ribeiro é autor do livro São Jorge dos Ilhéus, em que narra a luta pelas terras do sul da Bahia e do regime de trabalho semiescravo do caboclo nordestino em prol dos donos da terra.
- O gaúcho João Ubaldo Ribeiro tem toda sua obra circunscrita a temas brasileiros, sendo essa sua principal característica, jamais tratando de temas que fugissem ao estricto brasilianismo.
- A obra mais marcante de Ariano Suassuna foi O auto da Compadecida, que trata da vida no sertão nordestino e do cangaço.